



MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E O PRIMEIRO CURSO DE PSICOLOGIA EM ALAGOAS (1970-1980)

ALBUQUERQUE, Sílvio Rodrigo Laurindo Oliveira de¹

Grupo de Trabalho (GT): Educação, Direitos Humanos, Currículos, Sujeitos e Diversidades

RESUMO

A História da Psicologia no Brasil tem sido alvo de investigações críticas, abordando desde suas raízes coloniais até sua consolidação como ciência e profissão, marcada por relações com projetos de poder e controle social. Este estudo analisa a criação do primeiro curso de Psicologia em Alagoas (1974), contextualizando-o no regime militar e na atuação de elites locais. Utilizando documentos oficiais e imprensa, examina-se o papel de figuras como Arnon de Mello e o padre Teófanes Barros, intelectuais orgânicos vinculados a interesses oligárquicos e à modernização conservadora. A pesquisa revela como a institucionalização do curso no CESMAC articulou-se com políticas educacionais autoritárias, discursos anticomunistas e a influência da Igreja Católica, reforçando a dominação de classe. A análise, fundamentada em Gramsci, demonstra que a Psicologia, em sua formalização, reproduziu estruturas de poder, contribuindo para a manutenção das desigualdades no capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-chave: História da Psicologia; História de Alagoas; Ditadura Empresarial-Militar

INTRODUÇÃO

As inquietações sobre a História da Psicologia no Brasil têm impulsionado importantes investigações científicas, consolidando contribuições teóricas e metodológicas, além de promoverem o debate sobre o uso das fontes históricas. Esses estudos percorrem desde o Brasil colonial até a institucionalização da Psicologia científica, analisando também o papel das entidades reguladoras e sua relação com projetos de poder e interesses das classes dominantes (Antunes, 2014; Jacó-Vilela, 2012).

Esse movimento expressa uma necessidade orgânica de autoentendimento da Psicologia enquanto campo científico, articulando crítica às suas matrizes filosóficas, enfrentamento da realidade social brasileira e busca por ferramentas teórico-metodológicas para intervenção. No entanto, vai além das experiências individuais: responde ao silenciamento histórico e à escassez de crítica sobre a apropriação social dos saberes psicológicos, psiquiátricos e psicanalíticos — muitas vezes utilizados como instrumentos de regulação social e manutenção das desigualdades estruturais.

As contradições brasileiras — entre modernização e conservadorismo, inclusão discursiva e exclusão prática — revelam como saberes sobre o psíquico têm sido

¹ Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. rodrigooalbuquerque@gmail.com.





mobilizados para justificar a patologização da pobreza, o encarceramento de corpos racializados e a medicalização de sujeitos desviantes.

Portanto, as questões que emergem da história da Psicologia no Brasil não são apenas técnicas ou epistemológicas, mas atravessadas por dimensões políticas e históricas. Os discursos “psi” se entrelaçaram às estruturas de poder, sustentando formas de dominação e controle social (Lacerda Jr, 2013). A consolidação da Psicologia enquanto ciência e profissão integra as práticas ideopolíticas que reforçaram a hegemonia de classe e o Estado capitalista burguês. Assim, seu desenvolvimento reflete as disputas e tensões da luta de classes no contexto do capitalismo dependente brasileiro.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo central analisar a formalização do primeiro curso de Psicologia em Alagoas, compreendendo esse processo à luz das condições sociais, políticas e econômicas vividas pelo estado e pelo país entre as décadas de 1970 e 1980. A criação do curso será investigada a partir de uma abordagem histórica que permita compreender tanto os aspectos legais e administrativos envolvidos em sua institucionalização quanto os sujeitos e instituições que atuaram para sua consolidação

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A profissão de psicólogo foi regulamentada no Brasil em 27 de agosto de 1962, marco que impulsionou não apenas a ampliação das áreas de atuação profissional, mas também a expansão dos cursos e o fomento ao ensino da Psicologia. Contudo, essa data representa a resolução de contradições presentes nos processos institucionais que moldaram a produção do conhecimento psicológico e a inserção profissional do psicólogo ao longo de décadas de transformações políticas e institucionais no país — especialmente após os anos 1930. Foi nessa década que a Psicologia conquistou autonomia em relação a áreas com as quais antes estava associada, como a medicina social e a pedagogia, iniciando-se, assim, o processo de institucionalização da profissão, conforme destaca Antunes (2014).

Para compreender esses desdobramentos, é fundamental analisar o papel da intelectualidade psicológica e suas produções, considerando as instituições que lhes deram respaldo e direcionamento prático. A historiografia da República brasileira, sobretudo





aquela que situa o golpe de 1964 no contexto de interesses econômicos e políticos da época, avançou na compreensão das ações de grupos multinacionais e seus aliados, os quais buscaram promover um direcionamento ideológico e político nas transformações da infraestrutura produtiva e do próprio Estado ao longo do século XX (Dreifuss, 1981).

Embora não nos detenhamos em detalhes desse recorte histórico, é relevante destacar as tendências ideológicas e as dinâmicas de produção intelectual do período, particularmente no que se refere aos embates ideopolíticos anteriores a 1964 e suas repercussões na sociedade brasileira.

Neste trabalho, adotamos o conceito de "intelectual orgânico", formulado por Antonio Gramsci (2001), para analisar a atuação de grupos, personagens, linhas teóricas e instituições que se articularam organicamente às aspirações das classes dominantes, influenciando a elaboração e o direcionamento do pensamento psicológico. Segundo Gramsci (2001, p. 15),

todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, um ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

Consideramos que esta categoria é de grande valia para o estudo histórico da produção técnica e científica da Psicologia no âmbito da produção de consenso, na formação de quadros dirigentes e na regência técnico-administrativa do trabalho e da produção, bem como na produção intelectual sobre as relações humanas.

Carlos Nelson Coutinho (2011), em "*Os intelectuais e a organização da cultura*", analisa o papel dos intelectuais na construção de um "sistema de instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo" (p. 17). Nesse sentido, a atuação intelectual de grupos vinculados às instituições de ensino articulava-se diretamente com os interesses do Estado – entendido como expressão política e coercitiva da dominação de classe – na conformação de uma cultura alinhada às novas relações sociais de produção.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

O estudo analisou o contexto histórico da década de 1970, marcado pelo regime empresarial-militar e pelas transformações nas políticas educacionais, que influenciaram a criação de cursos superiores no Brasil. Com foco nas condições legais que permitiram a





implantação do curso de Psicologia em Alagoas, a pesquisa utilizou documentos oficiais — como leis, decretos e, principalmente, o Diário Oficial do Estado (DOEAL) — para mapear os trâmites burocráticos, os convênios firmados e a atuação de instâncias governamentais na regulamentação do curso.

Também foram investigadas a participação de instituições e sujeitos históricos no processo, evidenciando o papel de organizações civis, religiosas e políticas na consolidação do curso, criado no Cesmac em 1974. Inserido em um contexto autoritário, o ensino superior frequentemente respondia a interesses de grupos no poder. Com isso, o trabalho busca reconstruir o percurso da formalização do primeiro curso de Psicologia em Alagoas, articulando aspectos legais, políticos e sociais que marcaram sua origem.

RESULTADOS

O primeiro Instituto de Psicologia em Alagoas só foi possível a partir criação da Universidade Autônoma de Maceió, o atual Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC), em 1973 pela Lei municipal nº 2044, sendo autorizado a funcionar pelo Decreto Federal 74.520 de 09 de setembro de 1974, assinado por Ernesto Geisel e o Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga. Este momento inaugural, porém, não acontece de forma isolada dos eventos políticos nacionais e nem se posiciona de forma neutra no contexto alagoano.

A partir das fontes históricas disponíveis e analisadas neste trabalho, fica muito clara a atuação oligárquica a partir de personagens importantes da política local como o senador Arnon Afonso de Farias de Mello (ARENA, 1970-1981), dono de uma relevante empresa de comunicação do estado, a *Gazeta de Alagoas*. A atuação de Arnon de Mello na política alagoana vem de muito antes de 1964, sendo sua presença política importante ao que segue como bloco hegemônico no poder desde o período conhecido como “experiência democrática” entre 1945 e 1964. Santos (2017, p. 35) o caracteriza:

Surgido no seio das elites agrárias, Arnon personificou o projeto liberal-conservador, ao mesmo tempo que desenvolveu projetos como a integração dos municípios através de investimentos rodoviários, criação da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL), criação do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN) possibilitando um significativo avanço nas questões de desenvolvimento do estado - diga-se de passagem, uma modernização conservadora - não abre mão da repressão às causas sociais e dos interesses da classe que representa.

Decretado o bipartidarismo no Brasil pelo Ato Institucional N° 2 em 1965, dividem-se em tendências antagônicas os partidos Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, e





Aliança Renovadora Nacional, o ARENA. Este último era o dispositivo legal de controle político do governo militar, defendendo seus interesses. No desenrolar da trajetória política e institucional da criação do CESMAC, aquele dispositivo atuaria em constante diálogo com os criadores desta instituição, haja vista a intensa relação com a política de modernização local pelo alto e sob o controle repressivo do Estado.

Destaca-se alguns dos personagens envolvidos naquela estrutura: o deputado estadual Tarcísio de Jesus (ARENA, 1971-1973), o também deputado estadual Divaldo Suruagy (ARENA, 1971-1973), o deputado federal Teobaldo Vasconcelos Barbosa (ARENA, 1975-1978), o governador Afrânio Salgado Lages (ARENA, 1971-1975), este tendo sido Chefe Provincial da Ação Integralista em Alagoas na década de 1930. Também vemos a atuação do vereador por Maceió Benedito de Lira (ARENA, 1973-1975) e do prefeito de Maceió à época, João Rodrigues Sampaio Filho (ARENA, 1971-1975).

Estes políticos são citados pelo Diário Oficial de Estado de Alagoas (DOEAL) nas ocasiões de manifestação pública à criação da Universidade Autônoma de Maceió, cada um deles com relações próximas aos aparelhos institucionais que correspondiam a interesses de classe muito específicos do contexto alagoano: os usineiros e setores da pequena burguesia e classe média urbana da capital alagoana, bem como os poderes legislativo e executivo do estado e do município.

A figura do industrial Tércio Wanderley, ligado ao grupo empresarial do açúcar – S. A. Usina Coruripe – desde 1941, demonstrou afinidade política com o projeto educacional expresso na criação da Universidade Autônoma de Maceió. Também destaca-se Nabuco Lopes, reitor da Universidade Federal de Alagoas à época. Os discursos transcritos no Diário emolduravam o enredo de classe, louvando a possibilidade de “fornecer ao Governo Revolucionário mais uma etapa vencida em sua luta estafante de fazer desta década [1970] a da educação”, disse o prefeito João Sampaio.

A Igreja Católica manteve seu objetivo de direcionamento ideológico a partir da educação superior, em cruzada contra o comunismo e os movimentos populares no Brasil e em Alagoas. A regência intelectual, política e religiosa do padre Teófanes Augusto de Araújo Barros (1912-2001), por exemplo, é uma característica intrínseca ao procedimento institucional que mediou interesses entre a burguesia alagoana e a dominação política autoritária da Ditadura Empresarial-Militar.





Consideramos neste trabalho que a influência ideológica e cultural do padre Teófanes de Barros representava a atuação privilegiada de um intelectual orgânico da burguesia alagoana, que surgiu como figura religiosa e política relevante nas mudanças econômicas, sociais e culturais que ocorreram em Alagoas, pelo menos desde a primeira metade do século XX, conduzindo debates sobre Pedagogia, Filosofia da Educação, Teologia, Sociologia, Psicologia e Serviço Social.

Ao longo de sua trajetória, Teófanes centrou sua atuação no contexto educacional alagoano, sendo secretário de educação, contribuindo na construção e abertura de escolas por vários municípios do estado e participando ativamente da efervescência sociopolítica e econômica alagoana a partir dos anos 1950, onde o processo de modernização da economia – centrado na agroindústria sucroalcooleira através de subsídios do governo desenvolvimentista – e o avanço da urbanização, melhorias na infraestrutura produtiva, aumento do êxodo rural e crescimento demográfico no estado.

Além disso, o padre deixou obras de caráter pedagógico-religioso e uma extensa rede de parcerias políticas a partir da sua atuação clerical, mas também política, cultural e intelectual, onde vemos os primeiros registros de atuação de ensino em Psicologia do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que a criação do primeiro curso de Psicologia em Alagoas, em 1974, não foi um processo neutro ou isolado, mas parte constitutiva de um projeto político mais amplo de manutenção da hegemonia burguesa durante o regime militar. A análise histórica revelou como sua institucionalização no CESMAC articulou-se organicamente com os interesses das oligarquias locais - particularmente o setor sucroalcooleiro - e com o aparato repressivo do Estado autoritário, configurando o que Gramsci denominaria de "intelectual orgânico" da classe dominante.

Os resultados evidenciaram três eixos fundamentais dessa articulação: (1) a atuação de figuras como Arnon de Mello e o padre Teófanes Barros, que personificaram a aliança entre elites econômicas, poder político e instituições religiosas; (2) o uso estratégico da educação superior como instrumento de modernização conservadora e controle ideológico; e (3) a reprodução, no âmbito local, das contradições nacionais entre desenvolvimento econômico e autoritarismo político.





Este estudo reforça a premissa de que a História da Psicologia no Brasil deve ser compreendida para além de sua dimensão técnica, situando-a no contexto das lutas de classes e dos projetos de poder. O caso alagoano ilustra como saberes psicológicos foram mobilizados como dispositivos de regulação social, conformando-se às estruturas de dominação vigentes. A pesquisa contribui, assim, para desnaturalizar narrativas celebratórias sobre a profissionalização da Psicologia, revelando seus vínculos com a violência estrutural do capitalismo dependente brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição.** 5a ed. São Paulo: Educ, 2014.
- COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas.** 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado:** Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3 ed. Vozes: Petrópolis, 1981.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS. **Criada a Universidade Autônoma de Maceió.** Maceió, 06 de outubro de 1973, Ano LXI, n. 190.
- GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JACÓ-VILELA, A. História da Psicologia no Brasil: Uma narrativa por meio do seu ensino. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 32, num. esp., p. 28-43, 2012. Disponível em: <<http://www.cliopsyche.uerj.br/wp-content/uploads/História-da-Psicologia-no-Brasil-Uma-Narrativa-por-Meio-de-seu-Ensino.pdf>>. Acesso em: 09/06/2025.
- LACERDA JR., F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoria y Crítica de la Psicología**, n. 3, p. 216-263, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5895413>>. Acesso em: 09/06/2025.
- SANTOS, P. V. B. **Discurso, práticas e memórias:** o MDB em Alagoas e a Ditadura Militar (1966-1979). Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Maceió, 2017. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2153>>. Acesso em: 11/06/2025.